

**Ata da 4ª (quarta) reunião ORDINÁRIA do ano de 2026 do Comitê de Investimentos do  
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Hortolândia –  
HORTOPREV**

Aos vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis, às nove horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Hortolândia, nomeados pela **Portaria nº 076/2024**, a saber o Sr. **Leonardo Dell Antonio Facchini** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Agnaldo Messias Rodrigues** – representante do HORTOPREV, o Sr. **Cristiano Rezende Penha** – representante da Secretaria Municipal de Finanças e o Sr. **Hélio Soares de Oliveira** - representante da Secretaria Municipal de Finanças, na sede do HORTOPREV em sua sala de reuniões, na Rua Alda Lourenço Francisco, nº 160, Remanso Campineiro, Hortolândia/SP. Participaram como ouvintes os membros da Diretoria Executiva, Célia Regina de Freitas Pereira e Maria Luisa Denadai e o membro suplente Sr. Jefferson Ribeiro de Freitas. O membros verificaram que a reunião conta com quórum para instalação e deram abertura aos trabalhos. Realizaram a leitura da pauta e relatórios de matérias submetidas para apreciação do colegiado, passando a discussão e deliberação dos itens de pauta.

- 1) Avaliação do fundo de investimento CAIXA TOPAZIO CORPORATIVO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RENDA FIXA REF DI LP - RESP LIMITADA:** Tendo recebido o SEI 3519071.419.00000284/2026-67 em 06/04/2026, os membros do comitê de investimentos passaram a realizar a avaliação do produto em questão. O membro Leonardo se resguardou a abster de manifestar sua posição tendo em vista já ter manifestado parecer técnico, favorável, sobre o produto neste processo administrativo. Em geral, os demais membros do comitê avaliaram o produto e concluíram que o fundo está aderente e apto a receber aplicações do HORTOPREV pois consta com riscos, custos e rendimentos dentro e acima dos padrões de mercado, é adequado à estrutura de liquidez da carteira do instituto e possui política de investimentos simples e enquadrada à nova resolução como um fundo exclusivo de títulos públicos. Em geral, o fundo se apresenta como uma opção interessante (e de menor custo que seus rivais) para contemplar a estratégia de ativos ligados ao CDI/SELIC. Em nota, o comitê vislumbra que com o acréscimo das expectativas do IPCA, a meta SELIC tende a demorar um pouco mais para cair (via regra de Taylor), que abre maior oportunidade de investimento em fundos como este.
  
- 2) Empréstimos consignados:** A Diretora Superintendente do HORTOPREV, Sra. Maria Luisa Denadai, nos meios de comunicação do Comitê de Investimentos solicitou ao colegiado: *“Diante da imposição do conselho de administração quanto a necessidade de se adotar os empréstimos consignados como categoria de investimentos no instituto,*

*solicito a este comitê, análise quanto a viabilidade de implantação dos empréstimos consignados em 2026, considerando as taxas de juros e oportunidades de investimentos de mercado neste momento” em 06/04/2026.* De pronto, o comitê destaca que não se adentrará em matéria de cunho administrativo, como por exemplo, se o instituto possui quadro ou pessoal adequado para realização de tal atividade, uma vez que entende ser de grande importância o posicionamento da Diretoria Administrativa, apoiada pelos serviços de recursos humanos, sobre o tema. Dito isso, o comitê destacou que os empréstimos consignados são opção interessante de rentabilização da carteira do instituto, por conferir uma diversificação importante aos ativos, bem como se faz presente dentre as poucas possibilidades possíveis aos RPPS que possuem pró-gestão nível I. Contudo, tal investimento carece de crítica sob à luz do custo de oportunidade e o momento econômico brasileiro face as demais oportunidades presentes no mercado. Assim sendo, o comitê destaca que diante do cenário atual, o momento de se alocar parte da carteira em empréstimos consignados pode não ser o melhor.

A taxa de juros real obtida com os investimentos em empréstimos consignados será a meta atuarial, no mínimo, que hoje está na casa dos 5,72%. Acréscimos na rentabilidade obtida (de 5,72%) certamente encareceriam o empréstimo aos tomadores, tornando menos interessante ou até mais caro que a praticada pelo mercado bancário, caso seja muito elevada, assim, assume-se que o que se deve obter de rentabilidade não pode ser muito superior à própria taxa mínima (de 5,72% líquida ao instituto). Em uma análise de **curtíssimo prazo**, sabe-se que a taxa de juros nominal praticada no intradia pelo mercado hoje é de 14,75% (meta SELIC), que se descontada pela inflação atual (4,14%), resulta em uma taxa real de 10,19%, ou seja, muito acima da taxa real de 5,72% obtida com empréstimos consignados. No **curto prazo** (até o final do ano) as projeções tem o mesmo efeito, pois o boletim FOCUS de 20/04/2026 projeta uma SELIC de 13,00% e um IPCA de 4,8% resultando em uma taxa real de 7,82%, ainda bem superiores ao rendimento esperado de 5,72% dos empréstimos consignados. No **médio e longo prazo** o cenário se repete e se agrava, pois as taxas das NTN-Bs são todas, em todos os vértices, maiores que a taxa de 5,72% conforme se verifica na tabela retirada do site da ANBIMA em 20/04/2026: 2030 em 7,61%; 2035 em 7,33%; 2040 em 7,12%; 2045 em 7,06%; 2050 em 6,99%; 2055 em 6,99%; 2060 em 6,98%. Como todas estas NTN-Bs podem ser obtidas e marcadas na curva (com o devido respaldo de estudo ALM), as possibilidades de investimentos nestes ativos são superiores em termos de rentabilidade. No mais, ainda que se diga que os investimentos em empréstimos consignados são de baixo risco de crédito, todas as comparações aqui realizadas foram feitas com títulos públicos soberanos, que por sua vez, possuem o menor risco de crédito do mercado financeiro brasileiro. Por fim, diante desses pontos, o comitê conclui que embora os empréstimos consignados constituam importante opção de aplicação do instituto, **o momento econômico não é**

**favorável a este tipo de ativo, dado o custo de oportunidade que o este investimento traz em relação aos demais ativos de baixo risco presentes no mercado.**

**3) Avaliação dos contextos que impactam a carteira de investimentos:** O comitê então se debruçou sobre os contextos atuariais, financeiros, orçamentários, econômicos e normativos que podem impactar decisões de investimentos presentes e futuras.

- a. **Relatório de março de 2026:** Os membros do comitê destacam, em nota, que a consultoria financeira não terminou a expedição do relatório de março de 2026, por isso, não há emissão de parecer sobre relatório nesta ata.
- b. **Contexto orçamentário:** Nos aspectos orçamentários, com referência aos aspectos que afetam diretamente a carteira de investimentos do instituto, como a evolução dos pagamentos de aposentadorias e pensões no fundo em capitalização, nenhuma novidade foi observada que mereça relevante destaque durante os três primeiros meses do ano de 2026.
- c. **Contexto atuarial:** Nenhuma novidade ou alteração das informações obtidas na última reunião chegou ao comitê que fosse de relevância ou impactasse a carteira do instituto.
- d. **Contexto financeiro:** Os fluxos de caixa dos investimentos não se alteraram significativamente desde a última reunião, considerando que não ainda não houve alterações no passivo do instituto, na forma de equalização do déficit, ou demais aspectos relevantes, especialmente ao fundo em capitalização (fundo que concentra quase que a totalidade dos investimentos do HORTOPREV).
- e. **Contexto macroeconômico:** O comitê relata que o cenário adverso da crise no Oriente Médio detalhado no mês anterior se estendeu para abril de 2026, entrando em uma fase de tensão com expectativas menos passageiras. Entre as oscilações do momento, com as hostilidades consolidadas, os eventos resultaram inicialmente na implementação total de bloqueios navais aos portos iranianos pelo comando dos EUA, restringindo o fluxo marítimo (principalmente de petróleo e gás natural) no Estreito de Ormuz, com acordos de cessar fogo daí decorrentes, seguidos de rompimentos e mais conflitos. A variação nas ocorrências do conflito é intensa e a cada momento novas notícias trazem luz a mudanças no conflito e em suas expectativas.

Após atingir picos entre USD 110 e USD 118 em março, o barril do petróleo recuou e passou a operar com alta volatilidade na faixa de USD 96 a USD 100.

A acomodação nos preços foi potencialmente motivada por especulações do governo norte-americano sobre possíveis tréguas no curto prazo, sendo que a volatilidade dos preços tem girado em torno dessa expectativa. Notícias também sinalizaram que os impactos prolongados no Oriente Médio podem elevar o risco de uma recessão energética iminente na Europa, o que provocaria uma expressiva diminuição da demanda global, precificando para baixo o valor do petróleo no mercado futuro.

No Brasil, o mês trouxe uma dinâmica de apreciação do real ao longo de abril. O dólar operou em trajetória de queda, com a taxa PTAX rompendo o piso de R\$ 5,00 na primeira quinzena do mês. O "choque duplo" (alta do petróleo somada à depreciação cambial) temido no fechamento de março não se materializou no momento, pelo contrário, a valorização do Real passou a atuar como um amortecedor destes eventos. Ao mesmo tempo o índice do IBOVESPA decolou no mês, chegando a bater os 199 mil pontos. O Brasil se coloca em um local geográfico longe dos conflitos, o que pode ser atrativo para capitais estrangeiros, tendo em vista que muitas regiões estão envolvidas ou próximas a conflitos armados.

O boletim FOCUS refletiu o temor do evento especialmente sobre as projeções do IPCA que subiram de 4,10% para 4,80%. Com isso, espera-se que a queda da taxa SELIC venha a ser em ritmo diferente daquele previsto quando foi construída a política de investimentos do instituto, sendo mais lenta, o que implica em um CDI médio esperado acima do projetado. O FOCUS já projeta uma SELIC maior final de 13% e não 12,5% como os relatórios anteriores.

**f. Contexto normativo:** Nenhuma alteração do cenário do mês anterior.

**4) Propostas de investimentos:** Considerando o cenário atual, o comitê entende que se o fundo CAIXA TOPÁZIO for devidamente julgado como apto pelos gestores do instituto a receber aplicações (após todas as análises aplicáveis), este fundo deve ser utilizado para recepcionar recursos novos decorrentes de contribuições sociais no curto prazo. Ou seja, o comitê recomenda que o pagamento das aposentadorias e pensões seja decorrente de resgates de fundos IRF-M1 e que recursos novos sejam direcionados a fundos CDI (como o que aqui se propôs) e não a fundos IRF-M, neste momento. Assim, uma diversificação entre os indicadores de renda fixa proporcionaria uma melhor resiliência a eventos adversos que impactam ativos desta categoria.

**5) Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Esta ata foi redigida sumariamente por membro do Comitê de Investimentos, Sr. Leonardo Dell Antonio Facchini, e assinada por todos os membros deste Comitê e seguirá para publicação no Diário Oficial de Hortolândia.

**Leonardo Dell Antonio Facchini**

Comitê de Investimentos - HORTOPREV

CP RPPS CGINV III

**Cristiano Rezende Penha**

Comitê de Investimentos – PMH/SMF

CP RPPS CGINV II

**Hélio Soares de Oliveira**

Comitê de Investimentos – PMH/SMF

CP RPPS CGINV I

**Agnaldo Messias Rodrigues**

Comitê de Investimentos - HORTOPREV

CP RPPS CGINV I